

## **O CAIS DO VALONGO COMO TESTEMUNHO ESPACIAL DAS POLÍTICAS DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO NO RIO DE JANEIRO**

Thais da Silva Matos  
Universidade Federal Fluminense  
matosthais096@gmail.com

**RESUMO:** A reemergência do Cais do Valongo tem provocado um intenso debate sobre a presença negra no Rio de Janeiro. Ele foi um dos maiores portos de chegada de escravizados no mundo e é um testemunho incontestável do passado escravocrata da cidade. Porém, ao longo dos anos foram realizadas diversas tentativas de apagar essa memória em projetos que se afirmam nas principais reformas urbanas, da cidade colonial à cidade capitalista. Esse artigo refletirá sobre as políticas de branqueamento do território enquanto estratégia de invisibilização da presença negra na cidade do Rio de Janeiro, através das transformações do Cais do Valongo ao longo do tempo.

Palavras-chave: Cais do Valongo, reformas urbanas, branqueamento

GT – 07: Geografia histórica urbana

### **INTRODUÇÃO**

A descoberta do sítio arqueológico do Cais do Valongo na região portuária do Rio de Janeiro tem mobilizado importantes reflexões acerca do protagonismo da população negra na cidade. O Brasil foi o destino de mais de 40% dos africanos escravizados nas Américas, dos quais cerca de 60% desembarcaram no Rio de Janeiro, e uma parte considerável destes no cais do Valongo (IPHAN, 2016). Além de ser um testemunho incontestável da crueldade a que foram submetidos, o cais do Valongo comprova que o Rio de Janeiro foi uma das principais portas de entrada de africanos no Brasil. Diante desse fato podemos nos perguntar: por que então o Rio de Janeiro não é reconhecido enquanto uma cidade negra?

O cais do Valongo faz parte da Pequena África, uma região localizada na zona portuária do Rio de Janeiro e que é considerada um importante símbolo da memória afro-brasileira. A região, cujo nome foi consagrado por Heitor dos Prazeres no século XIX em

referência a herança africana que pulsava naquele território, é um espaço que abriga há séculos a população negra e suas manifestações socioculturais, espacializando tanto os processos de opressão-dominância colonial, como as (re)existências da diáspora africana. Nasce ali o primeiro terreiro de candomblé, na casa de Tia Ciata, e as primeiras rodas de samba, na Pedra do Sal, remontando às tradições africanas incorporadas na realidade transatlântica (CARVALHO; RIBEIRO, 2014).

Sendo assim, o Cais do Valongo é a principal porta de entrada, não só dos sujeitos, mas também da cultura e história africana no Brasil. No entanto, neste artigo partiremos do Cais do Valongo para investigar uma outra dimensão da trajetória dos africanos e afrobrasileiros no Rio de Janeiro: o projeto de invisibilização do passado escravocrata e da presença negra. Ao longo dos anos foram empreendidas muitas estratégias de opressão a presença da população negra que aparecia sempre como um problema para a cidade. Além das investidas que se manifestam desde antes e até os dias de hoje de forma material, como a violência policial e as políticas de remoção, existe também um grande investimento em negar a memória da diáspora africana (que envolve o reconhecimento da brutalidade da escravidão) e do protagonismo dos afrodescendentes na produção do espaço.

Ainda hoje, pouco sabemos sobre o protagonismo negro no Rio de Janeiro, mas esse quadro vem mudando e esse tema tem se tornado foco de grande debate devido ao processo de patrimonialização do Circuito de Herança Africana durante as obras da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. O reaparecimento de sítios arqueológicos como o cais do Valongo em 2011, inflamou movimentos de disputa pela narrativa da região portuária. A reforma urbana e seu modelo de revitalização não reconheciam a importância desse lugar de memória, cuja preservação só foi possível devido a articulação entre os movimentos negros<sup>1</sup> e intelectuais que, ao consolidar a percepção da região portuária como um espaço repleto de memória da população negra, conseguiram impedir que as obras obstruíssem seus monumentos (VASSALLO; CICALO, 2015).

---

<sup>1</sup> Os movimentos negros lutam pelo reconhecimento da população negra no centro do Rio de Janeiro há muitos anos, desde antes das reformas do Porto Maravilha, mas esse é o momento que ganham mais visibilidade devido aos achados arqueológicos. Além disso, esse é um contexto no qual debate racial vem ganhando mais espaço na construção do projeto nacional com o reconhecimento do racismo como um problema da sociedade brasileira e a promoção de ações afirmativas para a população negra.

O projeto de silenciamento da memória da diáspora africana, que articula diversos mecanismos de negação do papel da população negra na produção do espaço, se afirma não somente nas obras do porto maravilha mas em todos os projetos urbanísticos da cidade. As reformas urbanas têm um grande papel no processo que Santos (2019) vai chamar de “branqueamento do território”, um conjunto de políticas de produção do espaço que tem o racismo como diretriz e que deixa marcas na paisagem demonstrando os processos de profunda transformação do espaço e os conflitos em torno do uso do território.

Nesse trabalho pretendo apresentar um breve panorama da dimensão racial das principais reformas urbanas que impactaram o Cais do Valongo do século XIX ao século XXI. Esse território, densamente ocupado pela população negra e foco de sucessivas intervenções, permite analisar a dinâmica dos conflitos e comprovar a continuidade do projeto de branqueamento realizado pelos agentes hegemônicos.

Porém, como será apresentado no desenvolvimento, as estratégias utilizadas para manter a soberania branca na gestão do espaço não permaneceram idênticas. Assim como o racismo, as políticas de branqueamento do território se sofisticaram com o tempo, passando de um modelo mais radical de obliteração para uma política de “incorporação” dos espaços de memória da diáspora africana aos circuitos turísticos da cidade. O que permanece, no entanto, é a subalternização dos corpos negros que, apesar do reconhecimento parcial alcançado na última década, continuam sendo vítimas do projeto de marginalização socioespacial e do extermínio.

Para conduzir o texto, é proposto iniciar com discussão das bases teóricas e metodológicas que fundamentam a percepção do Cais do Valongo como testemunho espacial das políticas de branqueamento do território. Localizando o debate na seara de Geografia Histórica, procuramos apontar a importância do campo para a investigação e definir as reformas urbanas como os contextos espaço-temporais relevantes para a compreensão do problema em foco. São realizadas também algumas aproximações conceituais e um breve debate sobre a questão da memória que está profundamente relacionada ao tema deste artigo.

Na segunda seção, será realizada uma periodização baseada nas reformas urbanas a fim de identificar as políticas de branqueamento do território e suas particularidades em cada contexto. Os períodos escolhidos para discussão são: 1) A capital da colônia do século XIX: A transferência do mercado de escravizados para o Valongo; 2) A reforma Pereira Passos e a

modernização eurocêntrica no início do século XX: a empreitada de modernização do porto e o projeto de apagamento absoluto do passado escravocrata; 3) A operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha no século XIX: a afirmação da gestão neoliberal e a refuncionalização do Cais do Valongo.

## BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA INVESTIGAR AS POLÍTICAS DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO ATRAVÉS DO CAIS DO VALONGO

O mergulho no passado permite que lancemos luz a processos que constituem a nossa realidade hoje. Para entender a complexa trajetória dos afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro seria preciso ir bastante fundo, nas origens do escravismo e do racismo na sociedade brasileira. Porém, como um primeiro passo na investigação dessa realidade, gostaríamos de propor uma análise Geohistórica partindo do principal porto de entrada de africanos no Brasil: o Cais do Valongo. Esse lugar, que hoje é um sítio arqueológico de grande relevância política, fez parte de importantes dinâmicas sociais da cidade, que nos informam sobre a relação entre os agentes hegemônicos de produção do espaço e a população negra.

A Geografia Histórica, campo no qual se localiza este trabalho, é caracterizada pela associação entre espaço e tempo para analisar fenômenos sociais. Suas abordagens são realizadas para compreender as espacialidades do passado, rompendo ou amenizando o dualismo e a hierarquização entre essas duas categorias (RODRIGUES, 2015). Este olhar epistêmico e metodológico voltado para o Cais do Valongo nos permitirá estabelecer diferentes contextos espaço-temporais e, a partir deles, analisar o contexto social e seus impactos na organização espacial.

Os principais processos de reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, a citar a remodelação urbana no início do século XIX, a reforma Pereira Passos no início de século XX e o projeto Porto Maravilha lançado em 2009, são considerados nessa pesquisa a amálgama do pensamento social dominante de seus respectivos períodos e a expressão dos projetos vitoriosos de produção do espaço. Neste trabalho, o Cais do Valongo é considerado um testemunho espacial das transformações sociais e nos interessa apontar alguns efeitos dessas reformas urbanas na sua constituição, apagamento e refuncionalização.

Partimos então da compreensão do Cais do Valongo enquanto espaço geográfico, “conjunto indissociável de sistema de objetos, naturais ou fabricados, e de sistema de ações, deliberados ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente” (SANTOS, 2008, p. 46). Nesse sentido, o espaço se transforma constantemente e é cada vez mais constituído por objetos e ações socialmente produzidas. Essa produção é operada por agentes sociais dotados de interesses, estratégias e práticas sociais próprias, inseridos num determinado contexto histórico (CORRÊA, 2012). Considerar o espaço como essa entidade dinâmica, na qual o tempo se acumula de forma desigual, permite perceber a articulação entre o passado e o presente das relações raciais (SANTOS, 2012).

Os conceitos de forma, função e processo de Milton Santos (2014) também são importantes para complexificar a leitura sobre o fenômeno analisado. A forma enquanto aspecto visível, a função como atividade desenvolvida em determinada forma e o processo como ação contínua no tempo. Esses conceitos contribuem, primeiramente, para identificar o Cais do Valongo, após o seu ressurgimento em 2011, como uma rugosidade. Segundo Santos (2014), rugosidades são formas espaciais produzidas em momentos progressos, com características sócio-culturais específicas, que não são suprimidas com a emergência de novos arranjos espaciais. A partir dessa leitura, é possível fundamentar a investigação da relação entre forma e função ao longo do tempo e analisar as transformações no Cais do Valongo e o seu recente processo de refuncionalização (CORRÊA, 2016).

Entendemos que tais transformações são predominantemente mobilizadas pelas expressões espaciais do racismo e pela gestão racista do espaço urbano (OLIVEIRA, 2019). Segundo Oliveira (2019), existem combinações de variáveis que se diferenciam ao longo do tempo, mas enquanto a produção do espaço urbano é operada pelos agentes hegemônicos o racismo continua sendo um princípio operacional, mesmo que sofra atualizações de acordo com o contexto que está inserido.

Uma dessas expressões espaciais se traduz no que Santos (2019) vai nomear como políticas de branqueamento do território. Trata-se da dimensão espacial das políticas de branqueamento da população, projeto nacional implementado no século XX que teve seus

desdobramentos locais<sup>2</sup>. Segundo o autor, o branqueamento do território se manifesta em três vertentes: o branqueamento da ocupação, através das políticas de imigração, expulsão ou extermínio; o branqueamento da imagem do território, com os padrões de organização e narrativas sobre o espaço pautados na branquitude; e o branqueamento cultural do território, com a apropriação e imposição de matrizes, signos e símbolos culturais da branquitude.

Todas essas manifestações podem ser observadas na região portuária do Rio de Janeiro desde a sobreposição do cais da Imperatriz ao cais do Valongo, passando pelas reformas Pereira Passos, até o projeto Porto Maravilha. Como resultado dessas políticas, nós tivemos durante todo o século XX um projeto de apagamento absoluto da memória negra na cidade, sendo o Cais do Valongo um dos seus testemunhos mais pungentes. No que tange a memória Guimarães (2015) descreve três formas diferentes de invisibilização: por ocultação visual e simbólica, por apagamento e por apropriação e recuperação cultural como pertencente ao patrimônio europeu

Dentre os aspectos das políticas de branqueamento do território, o que mais se impôs contra o Cais do Valongo durante o século XX foi o branqueamento da imagem, como veremos no desenvolvimento desse artigo. A evidência da brutalidade do sistema escravista tornou-se intragável para a cidade moderna e ele foi, então, totalmente soterrado. Mesmo o seu ressurgimento recente não significou o rompimento com a gestão racista do espaço, pois mesmo com sua imagem incorporada na paisagem, outros aspectos das políticas de branqueamento do território permanecem sobre ele e sobre suas redondezas<sup>3</sup>.

Por tratar-se de um símbolo importante para a diáspora africana e para a história do país, o significado do Cais do Valongo não pode ser desassociado da questão das políticas de memória, principalmente para discutir o seu papel atual na cidade. As políticas de memória são ações vinculadas ao campo político e intelectual com objetivo de mobilizar o passado no presente para diversos fins, mas se tratando da identidade nacional, a memória promove um sentido de continuidade e pertencimento (PAZ, 2019).

A construção da memória coletiva se dá num campo de conflito e negociação, numa disputa entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, que são aquelas constituídas pelos

---

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que mesmo que a ideologia de branqueamento tenha sido invalidada, ainda encontra ecos na sociedade brasileira. Por isso, argumentamos aqui a continuidade do processo de branqueamento do território mais velado.

<sup>3</sup> Veremos como o próprio Cais do Valongo tem se tornado um mecanismo de valorização da região portuária através do turismo. Esse processo tem levado a valorização do solo urbano e possivelmente a expulsão da população negra e pobre, provocando o branqueamento da composição da população.

grupos marginalizados (POLLAK, 1989). Lembrar é mais do que uma atividade de construção, é também um processo de seleção, em que certos materiais são comunicáveis e outros, excluídos.

Portanto, as políticas de branqueamento do território são estratégias de ocultar os testemunhos contrários à narrativa oficial através da ocultação material. Sua dimensão simbólica associada a construção da memória é o epistemicídio, a negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, 2005), que se manifesta, inclusive, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições dos africanos e afrobrasileiros na formação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro. Este artigo busca evidenciar as estratégias de apagamento no passado, para construir uma leitura crítica que conduza ao uso político do Cais do Valongo como lugar de memória.

Dialogaremos com uma das vias de análise da organização do espaço no tempo sugeridas por Corrêa (2016): a trajetória. O autor define a trajetória como “as combinações entre processos e formas que a partir de um foco inicial no espaço e um ponto inicial no tempo, sucedem-se até uma dada área e ponto no tempo no presente ou no passado” (CORREA, 2016, p. 8). A análise aqui pretendida se propõe a abordar a trajetória do Cais do Valongo da sua origem no final do século XVIII até os dias atuais .

Essa perspectiva exige, portanto, a utilização do método de periodização para compreender as diferentes variáveis que influenciam na organização do espaço através do tempo. Esse método não trata-se de uma simples sequência cronológica, mas da criação de “regiões temporais” para compreender as complexidades envolvidas em cada contexto espaço-temporal (CORRÊA, 1987, 2016). Neste artigo, a periodização proposta considerará as transformações do Cais do Valongo relacionadas ao seu contexto social incorporado nas reformas urbanas, a fim de observar três momentos principais: 1) A capital da colônia do século XIX: A transferência do mercado de escravizados para o Valongo; 2) A reforma Pereira Passos e a modernização eurocêntrica no início do século XX: a empreitada de modernização do porto e o projeto de apagamento absoluto do passado escravocrata ; 3) A operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha no século XIX: a afirmação da gestão neoliberal e a refuncionalização do Cais do Valongo.

A Geografia Histórica tem um papel muito importante na investigação e recuperação das espacialidades do passado. Ao identificar as morfologias espaciais, seu conteúdo e os

processos que deram origem a elas, é possível realizar uma leitura crítica das relações sociais que perpetuam a posição de subalternidade da população negra até os dias de hoje. Por mais que esse estudo tenha como foco a ação dos agentes hegemônicos no apagamento dos espaços de memória negros, é importante pontuar que o movimento negro esteve organizado de diversas formas para combater as políticas discriminatórias. Ao colocar em evidência o projeto de apagamento essa pesquisa se une a reivindicação do reconhecimento do Rio (negro) de Janeiro<sup>4</sup>.

## AS POLÍTICAS DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO ATRAVÉS DO TEMPO

### 1) Capital da colônia do século XIX: A transferência do mercado de escravizados para o Valongo

É preciso afirmar a centralidade da dinâmica escravocrata na constituição da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo do século XIX ocorreram muitas transformações na organização do império, a citar a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 e a transferência da capital do império do Brasil para o Rio de Janeiro em 1822. Esses fatos históricos fazem parte do contexto que vai produzir mudanças espaciais significativas, dentre elas o que mais nos interessa aqui: a transferência do mercado de escravos da Rua Direita para o cais do Valongo.

A transferência do mercado de escravos para o Valongo expressava a insatisfação da elite em compartilhar a cidade com os escravizados. O espaço tinha um papel nessa fragmentação, visto que o governo colonial detinha o poder de controle territorial, determinando circulações e interdições. Motivados também pelo controle sanitário da região central da cidade, o desembarque foi oficialmente proibido na rua Direita pelo Marquês de Lavradio em 1774. O Cais é construído na região do Valongo e começa a funcionar no ano de 1779, a escolha pela região do se deu pelo acesso por mar e por terra através do Caminho do Valongo (HONORATO, 2008).

O exercício da soberania da branquitude estava na criação de limites para o escravizado, assim, a demarcação territorial assegurava a manutenção de direitos distintos para

---

<sup>4</sup> Referência ao título da tese de Guimarães (2015), “Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto-patrimonial” que apresenta um apelo pelo reconhecimento do protagonismo da população negra na formação socio-espacial da cidade do Rio de Janeiro.

grupos que ocupavam o mesmo espaço. Ao localizar o complexo escravocrata longe dos olhos das elites o Estado proporcionou a coexistência de duas cidades: a abundante e luxuosa das elites e a degradada e violentada dos cativos. (ARAÚJO, 2017)

A ação colonial buscava garantir a condição dos negros enquanto objetos para ter controle absoluto sobre seu corpo e sua mente, e dessa forma, controlar também sua relação com o espaço. Para tanto, a mobilização da raça e do mito da superioridade branca eram suas maiores ferramentas. Os governantes cumpriram uma função decisiva na concentração da população negra na região do Valongo, onde se encontravam, além do cais, os lazaretos, casas de engorda, cemitério, entre outros estabelecimentos ligados a escravidão. Assim, entramos em contato com as origens da segregação socioespacial engendrada pelos agentes hegemônicos de produção do espaço. Entendemos esse contexto como a primeira reforma de caráter segregacionista da cidade do Rio de Janeiro.

Incoerentemente, o século XIX foi o período de intensificação da chegada de africanos escravizados no Rio de Janeiro. Mesmo com a pressão britânica para a proibição do tráfico transatlântico, foram realizadas escolhas políticas para manter o sistema escravocrata. Os escravizados eram a principal mão de obra utilizada nas diversas obras de infraestrutura que aconteciam para construir uma cidade que fizesse juz a seu status de metrópole. Nesse período a cidade do Rio de Janeiro se tornou uma das maiores cidades escravocratas do mundo, aumentando significativamente a importação de cativos que chegaram em sua grande maioria pelo Cais do Valongo até o ano de 1831 quando as suas atividades foram encerradas (HONORATO, 2008).

Segundo Karasch (2000), em 1834 os escravizados representavam 57% da população, caracterizando o Rio de Janeiro como uma cidade negra. No entanto, apesar da continuidade do sistema escravocrata, as elites queriam desassociar a imagem da cidade do “atraso” e, conseqüentemente, dos vestígios da presença negra. É nesse contexto que o Cais do Valongo, maior testemunho da escravidão fora da África, foi reformado para dar lugar ao Cais da Imperatriz, assim chamado por ter sido construído para receber a imperatriz Teresa Cristina no ano de 1843.

A imagem abaixo é retirada do Dossiê de Candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade enviado à Unesco, considerada pelos pesquisadores o primeiro registro iconográfico da localidade. Consideramos que o fato de não haver indícios nesse

documento de uma representação do Cais do Valongo como tal indica a tentativa de inviabilizá-lo no âmbito dos registros documentais. Além disso, a reforma em si pode ser considerada uma política de branqueamento da imagem do território (SANTOS, 2019), descaracterizando totalmente um dos maiores portos de desembarque de escravizados do mundo e apagando os vestígios espaciais desse período histórico.



Imagem 2: Representação iconográfica do Cais da Imperatriz, de Friedrich Pustkow em 1850.  
Fonte: Dossiê de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade (IPHAN, 2016)

No entanto, mesmo com a invisibilização do Cais do Valongo, a região portuária continuou sendo densamente ocupada pela população negra. Algumas especificidades da relação senhor/senhora-escravo nos centros urbanos também provocaram efeitos importantes para esse cenário. É o caso do trabalho de ganho, um acordo informal no qual os escravizados terceirizaram sua mão de obra em atividades diversas e pagavam uma espécie de taxa para os seus donos. Esse formato promoveu certa autonomia na circulação desses indivíduos, pelo espaço e pelos postos de trabalho (HONORATO, 2008). Eram quituteiras, carregadores de água, barbeiros, padeiros, estivadores etc... Assim, os afro brasileiros desenvolveram maior experiência no espaço urbano, passando a “viver de si”, mesmo sem a alforria. Essa relação possibilitou que negros e negras desenvolvessem práticas socioculturais que impactariam fortemente na organização do espaço.

Dessa forma, tanto a configuração formal do espaço como as experiências de liberdade vão moldando o território que hoje conhecemos como Pequena África. Esse momento é um importante ponto de partida para compreender como aqueles que detem o poder de gestão do espaço se relacionavam com a população negra, bem como reconhecer a agência de negros e negras no espaço urbano, mesmo durante o cativeiro. Mas o cenário estava por sofrer uma reviravolta bem na virada do século, com a abolição da escravatura no ano de 1888. Esse fato, apesar de não garantir o reconhecimento da cidadania da população negra, provocou a

redefinição do projeto de cidade, inclusive referente aos espaços do regime escravocrata. O antigo Cais do Valongo se tornou mais uma vez foco de intervenções severas.

- 2) A reforma Pereira Passos e a modernização eurocêntrica no início do século XX: a empreitada de modernização do porto e o projeto de apagamento absoluto do passado escravocrata

O século XX anunciava uma nova fase para a cidade do Rio de Janeiro, agora capital da República do Brasil. Urge neste momento a necessidade de romper com o passado colonial e avançar em direção à modernidade, através da construção não só de uma identidade nacional, mas também de uma nova espacialidade. Porém, diferente das nações europeias as quais se pretendia imitar, a modernidade não se constituía como um contrato-social, mas assumia a forma de uma modernização conservadora, na qual a participação da população foi totalmente desprezada (SILVA, 2019).

O Rio de Janeiro despontava também como a vitrine do Brasil para o mundo, e nesse sentido era fundamental imprimir na sua configuração espacial o novo projeto. Parte dessa empreitada tratava-se de exterminar a insalubridade, muito propiciada pelas vielas apertadas, falta de saneamento básico, uma problemática herança da falta de planejamento urbano na construção da cidade. Mas, segundo a retórica oficial, a razão dos males da cidade estava nas aglomerações populares que, não à toa, se concentravam na região portuária.

Como vimos na seção anterior, essa região foi predominantemente ocupada pela população negra e, por esse motivo, estigmatizada e considerada degradada. Devido a falta de investimentos públicos na região e na inserção dessa população no mercado de trabalho formal, os habitantes da região portuária não podiam arcar com os custos de moradia, fazendo com que morassem em aglomerações de baixo padrão construtivo, os chamados cortiços. Queremos apontar aqui essa relação de causa e efeito entre o descaso do poder público com a reprodução da vida da população negra e pobre e a condição precária na qual essa população se encontrava. Relação esta que fortaleceu a grave crise habitacional que assolava o Rio de Janeiro naquele momento.

A doutrina higienista foi um importante fundamento da política espacial que se afirmava para resolver os problemas da cidade. Os sanitaristas erigiam as condições de higiene

pública como elemento definidor do grau de civilização de um povo. Implicitamente estava uma crença da possibilidade de gestão científica da sociedade (CHALHOUB, 1996). Adicionamos também os aspecto racista dessa ideologia, pois a imoralidade e a degeneração da população era, para eles, profundamente ligada aos negros e negras. Assim, atribuía-se mais um estigma, além da bestialidade e da imoralidade herdadas do regime colonial, a população negra era também um risco a saúde pública.

Além da vontade de romper com a imagem de insalubridade, havia um grande esforço para inserir a cidade na circulação capitalista global. Esses dois fatores vão produzir um impacto gigantesco na cidade do Rio de Janeiro, pois são os desencadeadores da Reforma Pereira Passos e da modernização do Porto no início do século XX, importante para viabilizar o escoamento da produção de café. A modernização do porto incluía sua ampliação para os bairros da Gamboa e da Saúde, deixando a antiga região portuária ainda mais obsoleta (FERREIRA, 2019).

A reforma Pereira Passos foi a primeira grande reforma urbana da cidade que abrangeu uma grande área com inúmeras obras. Envolveu a abertura de avenidas, renovação arquitetônica e criação de infraestruturas diversas. Como resultado, centenas de cortiços foram demolidos e a população que neles habitava ficou totalmente desamparada. Para dar lugar ao novo, o que representava a antiga cidade colonial foi obliterado. O exemplo mais emblemático seria o Cais do Valongo e o Cais da Imperatriz.

Ainda no século XIX, o Cais do Valongo foi reformado para receber a Imperatriz Teresa Cristina e, devido à proibição do tráfico, deixou de receber o grande aporte de cativos que era de costume. Durante a reforma Pereira Passos o Cais foi totalmente encoberto pela pavimentação da Avenida Barão de Tefé, sem nenhuma menção ao passado hediondo que ali jazia. A gestão escolheu deixar um único símbolo para a memória da cidade, o obelisco da imperatriz, demonstrando que nem todo o passado deveria ser esquecido. Esses acontecimentos podem ser considerados um exercício de enquadramento da memória da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a construção (ou apagamento) da imagem sobre seu passado que servia para fundamentar seu presente. O que não interessava expor nessa narrativa, permaneceria soterrado, apagado, como uma memória subterrânea (POLLAK, 1989).



Imagem 3: Praça Municipal, construída no início do século XX sobre o Cais do Valongo e Cais da Imperatriz, com destaque para a presença do obelisco fazendo referência ao Cais da Imperatriz. Foto de Augusto Malta, 1906.

Fonte: Dossiê de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade, IPHAN, 2016

Entendemos essa prática de apagamento e esquecimento programado da memória negra como parte das Políticas de Branqueamento do Território que, a partir de então, se afirmou como um projeto de apagamento absoluto da herança africana na cidade do Rio de Janeiro e prevaleceu por todo o século XX.

### 3) A operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha no século XIX: a afirmação da gestão neoliberal e a refuncionalização do Cais do Valongo.

O horizonte dos megaeventos, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, pôs a todo o vapor projetos de remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro. Entre eles, um dos mais ambiciosos e polêmicos foi o projeto Porto Maravilha, aprovado no ano de 2009 na gestão do prefeito Eduardo Paes. A proposta era de revitalização<sup>5</sup> da zona portuária, com grandes

<sup>5</sup> No que diz respeito ao aspecto discursivo, vale destacar que escolha da palavra “revitalização” para definir o objetivo do projeto demonstra a visão estigmatizada que predomina sobre essa região que foi historicamente povoada por classes sociais marginalizadas

ambições econômicas de atração de turistas e empresas. Após a transferência da maioria das atividades do Porto do Rio para o Caju, a parte mais antiga foi abandonada pelos investimentos e de certa forma, sucateada. Continuaram morando ali famílias que tradicionalmente ocupavam a região e se relacionavam com seus remanescentes histórico-culturais.

O Porto Maravilha foi mais um dos projetos de reforma urbana que buscaram realizar a reconfiguração da cidade sem pensar nos sujeitos socialmente minoritários<sup>6</sup> que produzem e utilizam aquele espaço. Essa empreitada provocou conflitos territoriais, relacionados principalmente a remoção de famílias e movimentos de base negros<sup>7</sup> mas também desencadeou conflitos de memória, devido a densidade de lugares associados a trajetória da população negra que estavam ameaçados pelo projeto de renovação. Durante as obras, houve a reivindicação conjunta de intelectuais e do movimento negro pelo escavamento arqueológico do Cais do Valongo, que foi realizado alterando o projeto inicial da prefeitura.



Imagem 4: O Cais do Valongo na Paisagem Carioca atualmente, Felipe Lucena

Fonte: Jornal digital Diário do Rio

<sup>6</sup> Nos referimos aqui ao conceito de minoria social cunhado por Angela Davis (2016) para se referir aos grupos sociais que, muitas vezes, não são minorias em quantitativo populacional mas são minorias em representação política.

<sup>7</sup> Nos referimos as iniciativas de higienização no Morro da Providência e das remoções dos movimentos de base negros de luta pela moradia, a citar as ocupações Casarão Azul, Flor do Asfalto, Machado de Assis, Zumbi dos Palmares, Guerreiros do 234 e Quilombo das Guerreiras (SANTOS, 2019)

Com o seu ressurgimento em 2011, um novo cenário se constituiu devido, principalmente, ao novo contexto do debate público sobre a questão do racismo. O sítio arqueológico, que reemergiu na paisagem como uma rugosidade, foi refuncionalizado para se tornar um ponto turístico (CORRÊA, 2016; SANTOS, 2014). Foi rapidamente reconhecido por diversas instituições patrimoniais como o INEPAC e o IRPH<sup>8</sup>, em 2013 foi incluído no projeto Rota do Escravo<sup>9</sup> e reconhecido como patrimônio nacional pelo IPHAN. Em 2017 foi eleito como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. Tratava-se de um reconhecimento pouco familiar aos espaços de memória negros que enfrentaram por muitos anos um histórico de apagamento. Nesse sentido, é preciso assumir uma leitura crítica desse processo que não foi feito (somente) pela oportunidade política de reparação e conscientização sobre a memória negra.

A patrimonialização do Cais do Valongo, bem como o reconhecimento do circuito de herança africana fez parte de um plano de marketing para valorização da nova região portuária. O reconhecimento desses espaços de memória faz de um processo mais amplo em que os patrimônios assumem um importante papel no planejamento urbano, encarregados de potencializar o consumo do espaço através da criação ou redimensionamento das suas particularidades (CARLOS, 2017). A Pequena África vem se tornando de uns anos para cá um dos principais focos da expansão imobiliária e do seu aparato sociocultural, provocando intensas transformações. Recentemente, o bairro da Saúde entrou na lista do famoso guia americano Time Out como um dos 49 bairros mais descolados do mundo, isso devido a presença do Circuito de Herança Africana<sup>10</sup>.

Um outro aspecto interessante relacionado ao processo de patrimonialização do Cais do Valongo é a sua inserção na nova geopolítica dos patrimônios culturais. Paes (2017) identifica a formação de um novo cenário na qual esses bens estão profundamente ligados a mundialização da cultura e a globalização da economia. A participação de entidades supranacionais como é o caso da UNESCO, demonstra essa tendência que tem impactos

---

<sup>8</sup> São os órgãos estadual e municipal do Patrimônio Cultural, respectivamente.

<sup>9</sup> “Rota do Escravos: lições do passado, valores para o futuro” é um projeto criando em 1994 pela UNESCO para “romper o silêncio sobre o tráfico de escravos, alavancar lutas sociais contra a discriminação racial e denuncia a permanência da prática da escravidão”. Descrição do programa de apresentação do projeto disponível em <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146546\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146546_por) >

<sup>10</sup> Notícia: <https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/09/bairro-da-saude-no-rio-e-eleito-um-dos-49-mais-descolados-do-mundo-o-que-tem-para-fazer-por-la.ghtml>

positivos devido ao aumento da visibilidade e dos investimentos e a construção de um consenso internacional sobre a abordagem correta da escravização. No entanto, as consequências negativas desse novo arranjo e os seus impactos sobre a população local precisam ser mais problematizadas

Souty (2019) afirma que o processo de candidatura a património da humanidade, por exemplo, anuviou os conflitos territoriais na Pequena África já que no próprio dossiê enviado à UNESCO (IPHAN, 2016), esse território foi apresentado como um lugar “pacificado”, sem conflitos de memória. A apropriação dos espaços de memória negros pelas iniciativas publico-privadas fazem soar até hoje que o racismo é um problema do passado. No entanto, podemos identificá-lo como uma prática que se perpetua e se atualiza, provocando a perseguição e estigmatização das pessoas negras que residem na região e transformando, paralelamente, a sua cultura em um produto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de branqueamento do território foram dominantes na cidade do Rio de Janeiro e nesse ensaio procuramos demonstrar suas estratégias de reprodução e seus efeitos, especialmente sobre o Cais do Valongo. Podemos perceber que ele se encontra em uma região com intensa presença da população negra, que foi ao longo da sua trajetória imprimindo no espaço suas geograficidades e territorialidades. A partir da análise esboçada, fica demonstrado a origem de um processo de marginalização dessa região que, ao nosso ver, ocorreu com a transferência do mercado de escravos no século XIX.

A incompatibilidade da presença negra com o projeto republicano desencadeou a radicalização das políticas de branqueamento do território, invisibilizando os espaços relacionados à trajetória da população negra. Nesse processo, tanto os espaços formais (aqueles constituídos pela gestão durante o sistema escravocrata) quanto os informais (oriundos das experiências de liberdade da população negra) sofreram sistemática opressão, resultando no seu apagamento ou profunda estigmatização.

Esses fatores demonstram a gestão racista do espaço que não tolera a existência das pessoas negras, tampouco reconhece seu status de cidadania. Acrescentamos ainda que a gestão racista do espaço não é capaz de assumir negros e negras como agentes de produção do espaço

e, por isso, estabeleceu mecanismos de minar sua memória. O projeto de apagamento se manteve com muita força durante todo o século XX, sendo recentemente perturbado pelo ressurgimento dos lugares de memória negros, significados e politizados pela população local e aliada.

É preciso ressaltar que mesmo diante da repressão, o movimento negro e suas manifestações plurais se colocaram contra a realidade estabelecida em todos os períodos abordados nesse artigo. Essa luta culminou na significativa mudança de cenário no século XXI. Acreditamos que essa mudança é resultado de uma série de árduas conquistas relacionadas ao reconhecimento da cidadania e agência da população negra, passando também pela entrada dessa população em espaços de poder e de produção de conhecimento.

Resultou que durante as obras do Porto Maravilha, quando o poder público ignorava mais uma vez a existência dos lugares de memória negros, a voz dessa população se ergueu e garantiu o reconhecimento de importantes sítios arqueológicos como é o caso do Cais do Valongo. Algumas décadas antes o mesmo aconteceu com o cemitério de Pretos Novos que se tornou um Instituto de Pesquisa e Memória da diáspora africana. Esses e outros lugares foram reconhecidos como Circuito de Herança Africana e incorporados no circuito turístico da cidade pela lei nº 8105/2018.

Esses acontecimentos expressam uma inflexão na relação entre os gestores do espaço e a memória da população negra e o Cais do Valongo, torna-se assim um importante símbolo dessa luta. Eis uma moeda que tem dois lados: O primeiro cuja importância está no reconhecimento do protagonismo negro na produção do espaço na cidade do Rio de Janeiro e o segundo relacionado a problemática relação que se mantém com a população negra. Vale lembrar que durante as obras do Porto Maravilha inúmeras famílias foram removidas de suas casas e o que se percebe é que a população negra permanece num lugar social subalternizado para que a branquitude possa usufruir das atrações turísticas. O perigo é que a apropriação capitalista dos espaços de memória negros pode resultar no processo de espetacularização, que esvazia seus profundos significados sociais e políticos.

Além disso, fica bastante evidente nesse novo cenário que o racismo não deixa de ser um elemento ordenador das relações sociais, muito pelo contrário, se camufla e se atualiza de forma a permanecer imperceptível, mesmo aqueles que consomem a história da população negra. Cabe realizar análises e intervenções críticas que denunciem os rumos que as novas

políticas de branqueamento estão tomando e recuperar a sua função de afirmação do protagonismo negro na cidade do Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luis Gustavo Costa. A morte feita de pedra: O mercado de escravos do Valongo e a Necroarquitetura. 2019. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, [S. l.], 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Turismo e Patrimônio: um aporte geográfico. *In: GEOGRAFIA, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias*. São Paulo: Annablume, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese de Doutorado. 2005. 339f. Programa de Pós-graduação em Educação. USP. São Paulo, 2005.

CARVALHO, Ana Carolina Mauricio de; RIBEIRO, Lisyane Pereira. Processo de branqueamento do território e intervenções urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro: A Pequena África como fruto de produções espaciais no passado e no presente. Anais do VII Congresso brasileiro de Geógrafos, Vitória, 2014.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do Geógrafo pelo tempo. *Boletim paulista de Geografia*, São Paulo, v. 94, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012. cap. 2, p. 41-52.

CORRÊA, R.L. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 49, n. 3, p. 39 - 68, 1987.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. [S. l.]: Boitempo, 2017.

FERREIRA, Ingrid Gomes. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início dos séculos XX e XXI: O porto em questão. Anais do II encontro internacional história e parcerias, [s. l.], 2019.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto-patrimonial. 2015. Dissertação (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2015.

HONORATO, Claudio de Paula. Valongo: O mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 - 1831. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

IPHAN. Proposta de inscrição na lista de Patrimonio Mundial da Humanidade. Rio de Janeiro, 2016

KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro: (1808-1850). São Paulo: Companhia das letras, 2000.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Inscrição espacial do racismo e do anti-racismo: A "Pequena África" como forma espacial de descolonização da área central e portuária do Rio de Janeiro. Anais do XIII ENANPEGE, São Paulo, 2019.

PAES, Maria Tereza Duarte. Introdução e apresentaçãp. *In: GEOGRAFIA, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias.* São Paulo: Annablume, 2017.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. Na casa de Alajá: Comunidades Negras, patrimônio e memória contracolonial no Cais do Valongo - A "Pequena África".. 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre a espacialidade das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. *In: SANTOS, Renato Emerson dos. Questões urbanas e racismo.* Petrópolis: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012. cap. 1, p. 36-67.

SANTOS, Renato Emerson dos. Que lugar é esse: Porto Maravilha ou Pequena África: Racialização e resistência no projeto de renovação urbana. *In: BROUDEHOUX, Anne-Marie; MENDES, Mariana Fernandes. 10 anos de Porto maravilha: do projeto de renovação a*

construção de um novo espaço de exclusão. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. cap. 8, p. 212-243.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

SANTOS, Milton. Espaço & Método. 5 ed. São Paulo: Edusp (coleção espaços), 2014.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia histórica e ativismos sociais. Geotextos, [s. l.], v. 11, n. 1, 2015.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Modernização Distópica do Território Brasileiro. [S. l.]: Consequência, 2019.

SOUTY, Jeremy. Dinâmicas de patrimonialização em contexto de revitalização e de globalização urbana: Notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro. *In*: BROUDEHOUX, Anne-Marie; MENDES, Mariana Fernandes. 10 anos de Porto maravilha: do projeto de renovação a construção de um novo espaço de exclusão. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, 2015.